

ISSN 2238-9113

ÁREA TEMÁTICA: (marque uma das opções)

- COMUNICAÇÃO
- CULTURA
- DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- EDUCAÇÃO
- MEIO AMBIENTE
- SAÚDE
- TRABALHO
- TECNOLOGIA

NÚCLEO DE ESTUDOS E DEFESA DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Renata Nogueira (renata.nogueira_@hotmail.com)

Bruna Maria Avelino De Lara (bruna.avelinodelara@gmail.com)

Liza Holzmann (lizaholzmann@yahoo.com.br)

Alexandre Almeida Rocha (almeida.rocha@uol.com.br)

RESUMO – O presente artigo visa relatar a atuação do Serviço Social no Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ, que é um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no qual se busca garantir os direitos de crianças e adolescentes que de alguma forma chegam ao projeto, bem como regularizar situações de guarda, tutela e adoção de terceiros. Nesse sentido, o artigo busca trazer aspectos relevantes sobre atuação profissional do assistente social, como as competências que os assistentes sociais possuem no trato da questão social, focando neste caso, os instrumentais técnico-operativos, e as refrações desses aspectos na atuação do Serviço Social dentro do NEDDIJ. O espaço profissional do Serviço Social vem crescendo no projeto, trazendo como resultados importantes um atendimento qualificado e maior contato com a rede de defesa dos direitos da infância e juventude, buscando assim, em conjunto, atender por completo as demandas que os usuários do projeto apresentam nos atendimentos. Com isso, é possível identificar que em meio as conquistas do Serviço Social no NEDDIJ, existem inúmeros desafios que se apresentam no cotidiano para os profissionais em questão, é preciso, desta forma, que o assistente social esteja disposto a articular conhecimentos e práticas que superem tais desafios.

PALAVRAS-CHAVE – Serviço Social. Atuação profissional. Instrumentais. Defesa dos direitos.

Introdução

O Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ é um projeto de extensão na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que tem como objetivo a defesa dos direitos da criança e adolescente através de um atendimento social e jurídico, de forma gratuita, principalmente nos casos de regularização de guarda, tutela e/ou adoção onde a criança e/ou adolescente já reside de fato com um terceiro¹.

¹ Entende-se aqui como “terceiro” a família extensa da criança e/ou adolescente (avós, tios, irmãos, primos) e ainda pessoas que não possuem nenhum vínculo sanguíneo (nesse caso o processo será de adoção).

Para que os objetivos sejam cumpridos, o projeto conta com uma equipe multidisciplinar composta atualmente por um coordenador do curso de Direito e uma supervisora do curso de Serviço Social, duas advogadas recém-formadas, uma assistente social recém-formada, quatro estagiárias de Direito e uma estagiária de Serviço Social.

Tendo em vista que o projeto tem um caráter multidisciplinar, o Serviço Social foi inserido para contribuir para a qualificação da intervenção do projeto junto ao público atendido e vem cada vez mais conquistando espaço de atuação dentro do NEDDIJ. Atualmente é o setor de Serviço Social que realiza o primeiro atendimento às famílias que chegam ao projeto, utilizando para isso seus instrumentais técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-políticos. Após essa primeira intervenção, os casos são repassados para o setor de Direito, que é responsável por atuar juridicamente junto às famílias.

Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo abordar as especificidades do Serviço Social dentro do NEDDIJ, dando ênfase aos instrumentais técnicos utilizados para a intervenção junto aos usuários, instrumentais estes que buscam responder às demandas dos usuários de modo a auxiliar na garantia da autonomia e emancipação dos sujeitos.

Referencial teórico-metodológico

Segundo Iamamoto (1998, p. 28) “os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc.”. Tendo em vista a realidade dinâmica na qual estamos inseridos, é fundamental que os profissionais estejam dispostos a repensar a sua prática profissional e, independentemente da área de atuação, devem buscar sempre garantir a ampliação e efetivação dos direitos humanos. É necessário que o assistente social seja mais que um mero executor de políticas públicas, assim como traz Iamamoto

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 1998. p. 20).

Outros desafios que podem ser destacados são os provenientes da questão econômica, e ainda, os desafios institucionais, os de manter uma formação continuada, de olhar a realidade de cada usuário como única, entre outros que aparecem no dia a dia da

atuação. O que se deve pensar a partir disso são as possibilidades de enfrentamento de tais desafios. Vale ressaltar que tal enfrentamento só se dará com uma prática profissional competente, comprometida e coerente com as demandas sociais.

Para que a prática seja efetiva e consiga romper com os diversos desafios colocados à profissão é necessário utilizar, como já citado, três competências profissionais indispensáveis à atuação, são elas: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, que Sousa (2008) citando Iamamoto (2004) define como

- Competência ético-política – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93)⁵, e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;
- Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser qualificado para conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;
- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social. (IAMAMOTO, 2004 apud SOUSA, 2008, p. 121-122)

Tais competências devem ser utilizadas de forma articulada para que a intervenção junto aos usuários seja de fato emancipatória, garantindo a autonomia dos sujeitos. Dentro disso, é importante também ressaltar que a prática não tem uma fórmula pronta, cada caso que chega ao profissional do Serviço Social apresenta uma demanda diferenciada, que deve considerar as relações histórico sociais e o contexto econômico no qual o usuário está inserido, bem como as relações do indivíduo com grupos familiares, religiosos, culturais e econômicos, exigindo assim uma atuação que respeite as particularidades de cada atendimento.

É com a utilização dessas competências, que o assistente social dentro do NEDDIJ busca pautar suas ações. Dito isso, o objeto de intervenção do Serviço Social dentro do

projeto de extensão são as expressões da questão social² que se associam com as relações familiares que envolvam crianças e adolescentes, principalmente no que tange a situações de vulnerabilidade na família de origem, direitos violados e conflitos familiares que geram fragilização ou rompimento dos vínculos.

Sendo assim, o Serviço Social dentro do NEDDIJ é responsável por fazer a abordagem inicial com a população que busca o projeto. Destaca-se aqui que a intervenção junto ao usuário não cessa nesta primeira abordagem, mas sim busca-se manter contato com a população atendida e com a rede, como forma de atender as demandas apresentadas em cada caso. Nesse sentido, os instrumentais utilizados pelo Serviço Social são: o relacionamento, a observação, a entrevista socioeconômica, a escuta qualificada e o relatório social, para perceber aspectos relevantes da situação apresentada, permitindo assim, uma prática efetiva na garantia do direito dos usuários que buscam o projeto.

O instrumental técnico relacionamento, segundo Sarmiento (1994, p. 259) “assume para nós, um papel fundamental e determinante, como instrumento que objetiva, concretiza, materializa, as mediações no espaço de intervenção do assistente social”. Nesse sentido, o instrumental relacionamento, mostra-se de fundamental importância na atuação profissional, pois, tendo em vista que a relação com o usuário se dá em um curto período, é importante a criação de vínculo para dar efetividade ao decorrer da intervenção. A longo prazo, a atuação se reflete nos encaminhamentos realizados, que garantem a efetivação dos direitos do indivíduo nas demais políticas públicas.

A partir disso, realiza-se a entrevista socioeconômica, tendo em vista que “entrevistar é mais do que apenas “conversar”: requer um rigoroso conhecimento teórico-metodológico” (SILVA, 1995 apud SOUSA, 2008, p. 127) onde busca-se perceber todos os detalhes utilizando também a observação, que é mais que simplesmente olhar, “[...] é estar atento, é direcionar o olhar, é saber para onde se olha” (CRUZ NETO, 2004 apud SOUSA, 2008, p. 126), para identificar a real situação da família que está sendo atendida, bem como o ambiente em que a criança e/ou adolescente estão inseridos e se tal ambiente garante todos os direitos que lhes são previstos em lei.

A partir da entrevista elabora-se o relatório social juntamente com o parecer social. O relatório social, onde é narrada toda a situação pertinente à defesa do melhor interesse da

² “[...] o Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTTO, 1998, p. 27)

criança e/ou adolescente, “é uma exposição do trabalho realizado e das informações adquiridas [...] é o relato dos dados coletados e das intervenções realizadas pelo Assistente Social.” (SOUSA, 2008, p. 130), já o parecer o parecer social “é crucial, pois é ele que dá ao Assistente Social uma identidade profissional – a inexistência de um parecer reduz o relatório a uma simples descrição dos fatos, não permitindo nenhuma análise profunda sobre os mesmos” (SOUSA, 2008, p. 131), sendo assim é peça chave para o trabalho multidisciplinar dos técnicos, pois, depois de elaborado, o relatório é encaminhado para o setor de Direito possa realizar a defesa de fato de cada caso nas audiências.

Resultados

O Serviço Social no projeto tem gradativamente conquistado seu espaço e mostrado sua importância dentro do campo de atuação. Nesse sentido, podemos elencar como resultado da intervenção profissional dentro do NEDDIJ a autonomia profissional, que está cada vez mais presente no espaço em que o Serviço Social ocupa.

Além disso, a utilização e manutenção do instrumental relacionamento para com os usuários faz com que se apresentem demandas maiores do que as que o projeto consegue atender, é certo que nenhuma instituição consegue atender completamente todas as demandas de cada caso e, de acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo – SINASE (2006, p. 24), essa “incompletude institucional” norteia “todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços” visando, com isso, articular todos estes serviços, na busca da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes. Para isso, é necessário a “[...] participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras [...]” (SINASE, 2006, p. 24).

Sendo assim, outro resultado importante é o crescente contato com a rede sócio assistencial e com outras políticas do município, bem como com instituições privadas; reafirmando assim a importância de uma atuação horizontal, entendendo limites e possibilidades de atuação. E por fim, uma conquista de espaço recente pro Serviço Social dentro do projeto é a elaboração do relatório social que tem sido protocolado junto aos processos. Entende-se assim que tal conquista é um resultado importante da busca por espaço de atuação, tendo em vista a luta por ampliação de campos de trabalho que o Serviço Social enfrenta diariamente.

Considerações Finais

O Serviço Social dentro do NEDDIJ vem cada vez mais conquistando espaço de atuação, através de intervenções e propostas para melhorias de atendimentos, divulgações do projeto, contatos com a rede, entre outras atividades. No que tange ao seu principal objetivo, que é garantir acesso à Justiça gratuita aos usuários que não podem arcar com as custas do processo para a regularização de fato nos casos de guarda, tutela e adoção, o Núcleo de Estudos dos Direitos e Defesa da Infância e Juventude tem conseguido alcançá-lo.

Sabe-se, entretanto, que existem ainda inúmeros desafios que estão presentes no cotidiano profissional do assistente social. É de fundamental importância que se coloquem perspectivas para enfrentar tais desafios e ainda que os profissionais do Serviço Social consigam sempre garantir a autonomia dos usuários em cada atendimento. Além disso, dar visibilidade à profissão se faz de extrema importância para garantir que os profissionais garantam espaço de atuação e cumpram com as atribuições que lhe são colocadas. Nessa perspectiva, vale destacar o que Sousa (2008, p. 129) coloca em relação ao registro, avaliação e sistematização da prática profissional:

Todo processo de registro e avaliação de qualquer ação é um conhecimento prático que se produz, e que não se perde, garantindo visibilidade e importância à atividade desenvolvida. E mais: sistematizar a prática e arquivá-la é dar uma história ao Serviço Social, uma história ao(s) usuário(s) atendido(s), uma história da inserção profissional do Assistente Social dentro da instituição – é essencial para qualquer proposta de construção de um conhecimento sobre a realidade social.

A atuação qualificada é importante ainda para que o projeto de extensão em questão continue mantendo a característica de um contato com a população com qualidade e que as demandas sejam atendidas de forma efetiva, tendo consciência sempre dos limites que o NEDDIJ possui e conseguindo assim articular o projeto com a rede, fazendo com que o projeto ganhe cada vez mais visibilidade.

Referências

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. 2006. Disponível em: < <https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/sinase.pdf> >. Acesso em: out. 2015.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SARMENTO, H. B. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1994.

SOUSA, C. T. de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Revista Emancipação**. v. 8. n. 1. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.